



As proposições do Banco Interamericano de Desenvolvimento e as propagandas governamentais para o Novo Ensino Médio

Cecilia Carmanini de Mello¹, André Randazzo Ortega², Joana D’Arc Germano Hollerbach³

¹Mestra em Educação/ Universidade Federal de Viçosa/Departamento de Educação, ceciliacarmanini@gmail.com

²Licenciado em História/ Universidade Federal de Viçosa/Departamento de Educação, andrortega10@gmail.com

³Doutora em Educação/Universidade Federal de Viçosa/Departamento de Educação, joana.germano@ufv.br

Resumo: O presente trabalho analisa os textos de algumas propagandas do Novo Ensino Médio feitas pelo Ministério da Educação e veiculadas pela televisão e pelo Youtube, e o documento “Melhores Práticas em escolas de Ensino Médio no Brasil” do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Pelas análises, foi possível concluir que há convergência entre a Reforma encampada pelo Governo Federal e as proposições do documento, especialmente as que dizem respeito a flexibilização do currículo em itinerários formativos.

Palavras-chave: Ensino Médio, BID, Novo Ensino Médio, Materialismo histórico-dialético.

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo compreender como ideias e propostas contidas no documento “Melhores práticas em escolas de ensino médio no Brasil”, publicado em 2010, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aparecem na formulação do Novo Ensino Médio, instituído legalmente pela Lei nº 13.415/2017 e também nas propagandas veiculadas na televisão e na internet, notadamente no Youtube, acerca da nova política para esse segmento da Educação Básica no Brasil. A análise empreendida é de cunho documental, construída com base no materialismo histórico-dialético, a partir do que entendemos ser possível compreender a dinâmica do capital e suas proposições para a formação da classe trabalhadora, especialmente aquela desenvolvida na escola.

2. Desenvolvimento

O BID é um organismo internacional que tem como membros estados nacionais de toda a América e também de outros continentes. A ação do BID remonta a 1959, quando foi iniciado formalmente o processo para sua criação, mas as discussões sobre a necessidade de um Banco no continente americano já vinham sendo colocadas em questão há algum tempo. O contexto da Guerra Fria vivido à época,



pautado pelo conflito entre capitalismo e socialismo, tendo à frente os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), beneficiou os entusiastas da ideia do Banco, um deles o presidente brasileiro Juscelino Kubitschek, que fazendo uso do conflito, escreveu ao presidente estadunidense, Dwight Eisenhower, indicando a necessidade do apoio daquele país quanto ao aporte de recursos para a América Latina e também a necessidade de evitar a influência da União Soviética no continente (CASTRO, 2014). O fantasma do comunismo rondava a América Latina.

Nesse contexto, o BID desde então atua por meio de empréstimos, cooperação técnica e pesquisas que dão origem a documentos resultantes de estudos sobre os mais diversos temas nos países da América Latina. Desses estudos derivam propostas e recomendações a serem aplicadas nas mais diversas áreas como economia e educação.

Nesse trabalho, analisamos de forma sintética uma pesquisa feita pelo BID em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, materializada no documento “Melhores práticas em escolas de ensino médio no Brasil”, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2010. O documento traz resultados de pesquisas feitas nos estados de São Paulo, Acre, Ceará e Paraná.

O material é vasto e traz considerações sobre diversos temas, como: responsabilidade profissional, formação docente, avaliação, currículo, jornada escolar, financiamento e gestão escolar. Em função dos limites desse trabalho traçamos algumas reflexões sobre o documento que guardam similaridades com o que foi proposto pela Lei nº 13.415/2017 e reforçado pelas propagandas do governo federal. Para tanto analisamos as peças publicitárias, veiculadas na plataforma YouTube, entre 2016 e 2017.

As propagandas analisadas possuem textos curtos, de fácil entendimento e por meio deles foi possível extrair algumas informações que refletem as ideias que orientaram essa reforma. A mensagem mais importante é a de liberdade de escolha a partir da vocação, e como consequência a aprendizagem será mais estimulante e compatível com a realidade do estudante. Essa compatibilização nos parece um conformismo mal disfarçado; a educação deixa de ser uma forma de transformação e até de ascensão social para se tornar um instrumento de conformação do estudante à realidade à qual o mesmo já está inserido.

Na propaganda “Com o Novo Ensino Médio você pode decidir o seu futuro!” (2017) há duas afirmações que merecem destaque. A primeira: “...optar pela formação técnica profissional... caso queira concluir o ensino e começar a trabalhar”. E a segunda: “E pra quem precisa trabalhar cedo, tem a formação técnica profissional. Ele termina o ensino médio e vai direto pro mercado de trabalho”. Quando é enunciado que para quem precisa trabalhar cedo, a formação técnica profissional se apresenta como uma escolha temos um engodo. Não se trata de uma escolha se o estudante precisa trabalhar e disso depende o seu sustento e o dos seus. Mais do que isso, a função do Estado deveria ser outra, qual seja a de dar condições para que esse aluno não precise trabalhar, para que possa prosseguir os estudos. O que se apresenta na verdade, não é uma escolha, mas um imperativo de sobrevivência do estudante e de sua família, que também depende do seu trabalho para manter o sustento.

Há que se considerar ainda que afirmar que o estudante escolhe trabalhar, chama



a atenção o fato da possibilidade (grande) de não haver emprego, haja vista estarmos vivendo um cenário de desemprego estrutural, resultado da reestruturação dos processos produtivos, no qual os postos de trabalho são reduzidos e um sem número de trabalhos precarizados são a única possibilidade de sobrevivência dos trabalhadores, jovens ou não (ANTUNES, 2008). Um exemplo que corrobora essa análise são os chamados jovens “nem-nem”. Segundo pesquisa do Ipea, divulgada em 2018, 23% dos jovens brasileiros nem estudam, nem trabalham, no sentido formal, pois há muitos jovens que trabalham na informalidade, fazendo bicos, sem qualquer cobertura ou seguridade social. No entanto, são incluídos nas estatísticas como sem trabalho, o que reforça o quadro de perversidade e exclusão do atual momento da economia capitalista. Outros também estão envolvidos em atividades de cuidado doméstico e familiar, a maioria mulheres (UOL, 2018).

Mais duas questões presentes nas propagandas merecem destaque. A primeira é a de que os estudantes poderiam acessar o site e participar das discussões. Os estudantes só puderam participar das audiências públicas de discussão da MP 746/2016 que posteriormente se tornou a Lei nº 13.415/2017, depois do movimento de ocupação das escolas, que resultou na ocupação de 1.047 escolas e institutos federais, além de 102 universidades e ainda 3 núcleos regionais de ensino pelo Brasil, mostrando seu descontentamento com a proposta do Governo Federal. Além de se posicionarem contra a Reforma do Ensino Médio, os alunos também protestaram contra o Projeto Escola sem Partido e contra a PEC 241, que se tornou a Emenda Constitucional 95/2016 que congelou os gastos em saúde e educação por 20 anos, sendo reajustado apenas pela inflação (REDE BRASIL ATUAL, 2016).

A segunda é a de que o Novo Ensino Médio é baseado na experiência de outros países que tem a educação como prioridade. A experiência de outros países, ainda que legítima, não pode ser aplicada ao Brasil, pois há condições históricas, econômicas, sociais e políticas que precisam ser levadas em conta quando se faz uma reforma dessa magnitude.

Esse último ponto pode ser apontado no documento “Melhores práticas em escolas de ensino médio no Brasil”, pois ao usar textos de autores estrangeiros, notadamente estadunidenses e ingleses, que analisam a situação de seus países de origem, deixam de lado particularidades da educação brasileira como a desigualdade histórica de acesso e de permanência à escola regular; a desigualdade estrutural da sociedade e conseqüentemente a falta de condições de acúmulo de capital cultural, o que impede ou quando pouco dificulta a permanência; a miséria que afasta os jovens pela necessidade do trabalho precoce; essas particularidades precisam de atenção e só podem ser compreendidas por estudos acerca da realidade do país.

Um outro aspecto importante a ser considerado é que a Reforma feita pela Lei nº 13.415/2017 é focada no currículo do Ensino Médio. Nesse sentido, observamos que há uma convergência de interesses entre o que propõe o BID, por meio do documento citado, e o que propõe o Governo Federal. As flexibilizações do currículo por meio de itinerários formativos à primeira vista dão a ilusão de que os alunos poderão escolher qual caminho seguir a partir de sua vocação, porém a realidade é outra. Os itinerários serão ofertados “conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino” (BRASIL, 2017, p. 2), sendo que apenas língua portuguesa e matemática são conteúdos obrigatórios durante os três anos de estudo. No itinerário



Formação Técnica e Profissional é permitido que profissionais reconhecidos com notório saber ministrem os conteúdos pertinentes a esse itinerário, além de permitir celebrar convênios com instituições de educação a distância.

No documento fica explícito que o BID considera que no Brasil vigora uma cultura bacharelesca, que desvaloriza a educação profissional. Essa seria a razão pela qual o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem sido tão valorizado, visto que atualmente é a forma de ingresso na maioria das universidades públicas e faculdades privadas no país. Ainda sobre o ENEM, o documento aponta que existia por parte do governo brasileiro, a intenção de provocar mudanças nas práticas pedagógicas do ensino médio, que está “contaminado pelo ‘conteudismo’, considerado excessivo e pouco útil aos estudantes” (INEP, 2010, p. 129). O documento aponta também que a formação oferecida no ensino médio brasileiro é frágil e desvinculada da realidade do país e de suas necessidades.

A vinculação entre órgãos internacionais e o Brasil acontece há bastante tempo, haja vista a enorme influência do Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) nas reformas educacionais dos anos 90 materializadas na Conferência Mundial de Educação para Todos que ocorreu em 1990, em Jomtien (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2011). A partir dos anos 2000, essa relação se manteve, podendo ser explicitada na presença de Maria Helena Guimarães que atuou na pesquisa do BID como assessora, mas que foi presidente do Inep de 1995 a 2002 e foi secretária-executiva do MEC na época da Reforma do Ensino Médio. Oliveira (2017) aponta que o documento que aqui analisamos junto ao relatório “Archiving World Class Education in Brazil: The Next Agenda (2011-2020)” do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) foram as publicações que orientaram o Projeto de Lei nº 6.840/2013, que foi engavetado, mas teve alguns de seus pontos mais polêmicos recuperados na MP 746/2016 que originou a Reforma.

Para Oliveira (2017)

Nesse sentido, é interessante acrescentar que os organismos multilaterais²⁰³ não atuam somente na indução de políticas públicas, mas, sobretudo no processo de acompanhamento da materialização de tais políticas e realizam pesquisas, que por sua vez são amplamente utilizadas e servem como subsídios, inclusive entre os que elaboram a política educacional brasileira. (OLIVEIRA, 2017, p. 2013)

A partir do que escreve a autora e dos nossos estudos sobre o tema, compreendemos que há uma estreita relação entre a Reforma do Ensino Médio e o BID.

3. Considerações finais

Tivemos como objetivo nesse trabalho relacionar o que propõe o documento “Melhores práticas em escolas de ensino médio no Brasil” e as propagandas sobre o Novo Ensino Médio veiculadas na televisão e no Youtube. Deixamos claro que é uma investigação inicial e que precisa de mais aprofundamento. Por analisarmos somente



os textos das propagandas, deixamos de lado aspectos imagéticos.

Por meio da análise dos textos e sua relação com o documento, concluímos que a Reforma do Ensino Médio incorporou proposições do documento, o exemplo mais contundente é a flexibilização curricular e sua divisão em itinerários formativos, como as áreas do ENEM. Percebemos que as proposições do BID e a Reforma do Ensino Médio precarizam ainda mais a formação de nível médio no Brasil. A liberdade de escolher qual itinerário formativo se quer cursar não se efetiva na prática, pois, como dissemos, eles são ofertados de acordo com a possibilidade do sistema de ensino. Além disso, no ENEM, são cobradas todas as áreas do conhecimento e é necessário o mínimo de domínio para que se possa prosseguir nos estudos. Frisamos também que o itinerário Formação Técnica e Profissional não oferece de imediato o desejado emprego, especialmente porque entre jovens de 18 a 24 anos, a taxa de subutilizados, ou seja, os que estavam desempregados, desistiram de procurar emprego ou tinham disponibilidade de trabalhar mais horas por semana era 41,8% no primeiro trimestre de 2019 (GERBELLI; CAVALLINI, 2019).

4. Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13ª ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 08 jan. 2020.

CASTRO, Marina Scotelaro de. **A Concepção de Política Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal Do Espírito Santo, Vitória, ES, 2014.

COM O NOVO ENSINO MÉDIO, VOCÊ TEM MAIS LIBERDADE PARA ESCOLHER O QUE ESTUDAR!. Ministério da Educação - Governo Federal, 2016. 30 seg, color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs>. Acesso em: 24 abr. 2020.

COM O NOVO ENSINO MÉDIO VOCÊ PODE DECIDIR O SEU FUTURO!. Ministério da Educação – Governo Federal, 2017. 1 min 51 seg, color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bIFgyTLIv4Q>. Acesso em: 24 abr. 2020.

GERBELLI, Luiz Guilherme; CAVALLINI, Marta. Jovens são os mais afetados pela piora do mercado de trabalho e comprometem futuro da Previdência. **G1**. 21 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/06/21/jovens-sao-os-mais-afetados-pela-piora-do-mercado-de-trabalho-e-comprometem-futuro-da-previdencia.ghtml>. Acesso em: 20 mai. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Melhores práticas em escolas de Ensino Médio no Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira,



2010. Disponível em:

<https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Melhores-pr%C3%A1ticas-em-escolas-de-ensino-m%C3%A9dio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

OLIVEIRA, Valdirene Alves de. **As políticas para o Ensino Médio no período de 2003 a 2014: Disputas, estratégias, concepções e projetos.** 2017. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2017.

O NOVO ENSINO MÉDIO VAI DEIXAR O APRENDIZADO MAIS ESTIMULANTE E COMPATÍVEL COM A SUA REALIDADE!. Ministério da Educação – Governo Federal, 2016. 30 seg, color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7_Fdhibi0yQ. Acesso em: 24 abr. 2020.

O NOVO ENSINO MÉDIO VAI MELHORAR A EDUCAÇÃO DOS JOVENS!. Ministério da Educação – Governo Federal, 2017. 1 min 55 seg, color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=C-M_ewoa0iY. Acesso em: 24 abr. 2020.

O NOVO ENSINO MÉDIO VAI SER MAIS ESTIMULANTE E COMPATÍVEL COM A SUA REALIDADE!. Ministério da Educação – Governo Federal, 2017. 1 min 50 seg, color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Qp0_kuVNskk. Acesso em: 24 abr. 2020.

REDE BRASIL ATUAL. **‘Não ocupamos por bagunça, mas porque acreditamos no futuro do Brasil’.** São Paulo, 26 out. 2016. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/10/2018nao-ocupamos-por-bagunca-mas-porque-acreditamos-no-futuro-do-brasil2019-diz-estudante-7577/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 4ª ed., 2011.

UOL Notícias. **Nem-nem: Dois em cada 10 jovens não estudam nem trabalham no país, diz Ipea.** São Paulo, 03 dez. 2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/12/03/nem-nem-jovens-nem-estudam-nem-trabalham-ipea-brasil.htm>. Acesso em: 28 out. 2019.